

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	7
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	11

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	20
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	21
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	22

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	420.000
Preferenciais	0
Total	420.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	28.886	28.190
1.01	Ativo Circulante	28.886	28.190
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	13	14
1.01.02	Aplicações Financeiras	23.852	23.329
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	23.852	23.329
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	23.852	23.329
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.021	4.847
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.021	4.847

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	28.886	28.190
2.01	Passivo Circulante	204	9
2.01.02	Fornecedores	44	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	160	9
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	160	9
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	160	9
2.02	Passivo Não Circulante	274	274
2.02.02	Outras Obrigações	274	274
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	274	274
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	274	274
2.03	Patrimônio Líquido	28.408	27.907
2.03.01	Capital Social Realizado	20.512	20.512
2.03.04	Reservas de Lucros	373	373
2.03.04.01	Reserva Legal	373	373
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	7.523	7.022

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	0	21.753
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	0	-14.070
3.03	Resultado Bruto	0	7.683
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-142	-96
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-105	-67
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-37	-29
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-142	7.587
3.06	Resultado Financeiro	792	-3.145
3.06.01	Receitas Financeiras	792	376
3.06.02	Despesas Financeiras	0	-3.521
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	650	4.442
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-149	-1.504
3.08.01	Corrente	-149	-1.051
3.08.02	Diferido	0	-453
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	501	2.938
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	501	2.938
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,19	7

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	501	2.938
4.03	Resultado Abrangente do Período	501	2.938

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	522	-2.611
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	650	21.656
6.01.01.01	Lucro / Prejuízo do período	650	4.442
6.01.01.02	Juros e amortização dos custos de emissão de debêntures	0	3.521
6.01.01.03	Rendimento de aplicação financeira	0	-377
6.01.01.04	Depreciação	0	14.070
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-128	-24.267
6.01.02.01	Impostos a recuperar	-174	1.021
6.01.02.02	Clientes e outros valores a receber	0	-24.968
6.01.02.03	Fornecedores	44	-31
6.01.02.04	Impostos, taxas e contribuições	151	-321
6.01.02.05	Dividendos a pagar	0	32
6.01.02.06	Impostos pagos	-149	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-523	2.601
6.02.01	Aplicação financeira	-523	2.601
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1	-10
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	14	42
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	13	32

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	20.512	0	373	7.022	0	27.907
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	20.512	0	373	7.022	0	27.907
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	501	0	501
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	501	0	501
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	20.512	0	373	7.523	0	28.408

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	20.512	0	0	-3.021	0	17.491
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	20.512	0	0	-3.021	0	17.491
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.938	0	2.938
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.938	0	2.938
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	20.512	0	0	-83	0	20.429

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	0	25.368
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	0	25.368
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-105	-78
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-105	-78
7.03	Valor Adicionado Bruto	-105	25.290
7.04	Retenções	0	-14.070
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	0	-14.070
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-105	11.220
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	792	376
7.06.02	Receitas Financeiras	792	376
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	687	11.596
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	687	11.596
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	186	5.137
7.08.02.01	Federais	186	5.137
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	0	3.521
7.08.03.03	Outras	0	3.521
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	501	2.938
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	501	2.938

Comentário do Desempenho

São Paulo, 30 de abril de 2025

SALUS INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA S.A.

2025 – 1º Trimestre

A Salus Infraestrutura Portuária S.A. (“Companhia”), constituída em 27 de março de 2012 é uma Sociedade anônima, listada na categoria “B”, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A Companhia tem por objeto social a implementação de projeto de investimento na área de infraestrutura portuária, qual seja a execução, por si ou por terceiros, da dragagem e manutenção do Canal de Piaçaguera, no município de Cubatão, Estado de São Paulo, assim como a condução de todas as demais atividades necessárias à consecução desse projeto, relacionado atualmente a um único cliente.

A Administração da Companhia é bastante otimista com o potencial do setor de infraestrutura no Brasil e espera contribuir para o seu desenvolvimento por meio de suas atividades.

Em atendimento à Instrução CVM nº. 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a Companhia, no período findo em 31 de março de 2025, contratou a RSM Brasil Auditores Independentes Ltda. somente para a prestação de serviços de revisão das informações trimestrais e auditoria das demonstrações contábeis anuais, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço a Companhia.

A Administração.

Salus Infraestrutura Portuária S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2025**

(Valores expressos em milhares de Reais – (R\$), exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

A Salus Infraestrutura Portuária S.A. ("Companhia"), constituída em 27 de março de 2012 é uma Sociedade anônima, listada na categoria "B", registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia tem por objeto social a implementação de projeto de investimento na área de infraestrutura portuária, qual seja a execução, por si ou por terceiros, da dragagem e manutenção do Canal de Piaçaguera, no município de Cubatão, Estado de São Paulo, assim como a condução de todas as demais atividades necessárias à consecução desse projeto, relacionado atualmente a um único cliente.

No exercício de 2015, a Companhia iniciou suas operações mediante o desenvolvimento do projeto de investimento na área de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção do Canal Piaçaguera, no município de Cubatão, Estado de São Paulo.

Em 1º de outubro de 2016, houve o início da segunda fase da dragagem.

Em 16 de fevereiro de 2018, foi emitida carta com a indicação da conclusão das obras mediante o recebimento, em 29 de dezembro de 2017, do aceite por parte do Cliente, onde este dá quitação aos serviços prestados pelos fornecedores contratados.

Em 15 de setembro de 2024 houve os recebimentos finais das tarifas cobradas das embarcações que transitam no Canal de Piaçaguera e em 15 de outubro de 2024 houve quitação das debentures, gerando um caixa excedente de aproximadamente R\$22.000. A Administração está avaliando os novos planos de investimento e avalia que a Companhia tem recursos suficientes para manter-se em operação, bem como cumprir com suas eventuais obrigações, por prazo indeterminado.

2. Políticas contábeis materiais**2.1. Declaração de conformidade**

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

A moeda funcional da Companhia é o Real, as informações contábeis intermediárias estão apresentadas em milhares de reais (R\$).

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios/períodos apresentados nas informações contábeis intermediárias.

2.2. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, clientes e outros valores a receber, fornecedores, dividendos a pagar e debêntures.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;

Salus Infraestrutura Portuária S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2025**

(Valores expressos em milhares de Reais – (R\$), exceto quando de outra forma indicado)

- **Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto; e
- **Valor Justo por Meio do Resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes em conta corrente bancária e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação e com risco insignificante de mudança do valor justo.

2.4. Aplicações financeiras

A Companhia possui aplicações financeiras em fundos de investimento aberto. As aplicações são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

2.5. Clientes e outros valores a receber

Representam valores a receber por conta de serviços prestados de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção. Não há constituição de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa face à ausência de histórico de perdas de valores faturados e ausência de expectativa de perdas futuras dos valores registrados.

2.6. Imobilizado

Reconhecido pelo custo de aquisição e de construção, deduzido da depreciação acumulada e qualquer perda acumulada por redução ao valor recuperável.

2.7. Outros passivos

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços.

2.8. Receita de prestação de serviços de infraestrutura

A receita de serviços decorre do desenvolvimento do projeto de investimento na área de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção. Os valores e as condições são acordados entre as partes e tais receitas são reconhecidas no resultado de acordo com a competência, ou seja, à medida que o serviço é prestado.

2.9. Lucro líquido básico e diluído por ação

Calculado dividindo-se o lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício.

Salus Infraestrutura Portuária S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais – (R\$), exceto quando de outra forma indicado)

Não há instrumentos financeiros, que possam ser conversíveis, em ação, não afetando o lucro diluído por ação.

2.10. Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2025	31/12/2024
Bancos	13	14
Total	13	14

4. Aplicações financeiras

	31/03/2025	31/12/2024
RB Capital II FIRF Crédito Privado (*)	23.852	23.329
Total	23.852	23.329

(*) Referem-se a aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e risco insignificante de mudança no valor e remuneração média de 8,73% ao ano.

5. Impostos a recuperar

O saldo é composto como segue:

	31/03/2025	31/12/2024
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL a recuperar	1.964	1.888
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	99	-
PIS e COFINS a recuperar (faturamento)	2.958	2.959
Total	5.021	4.847

6. Imobilizado líquido

	31/03/2025	31/12/2024
Desenvolvimento e implementação de projeto (a)	-	423.488
Depreciação acumulada	-	(423.488)
Total	-	-

(a) Refere-se à implementação e ao desenvolvimento de projeto de investimento na área de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção do Canal de Piaçaguera. O projeto visa recuperar e restabelecer a profundidade mínima prevista e exigida na carta náutica.

Salus Infraestrutura Portuária S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2025**

(Valores expressos em milhares de Reais – (R\$), exceto quando de outra forma indicado)

A movimentação do saldo da rubrica “Imobilizado” é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	46.904
Depreciação (*)	(14.070)
Saldo em 31 de março de 2024	32.834
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-
Depreciação (*)	-
Saldo em 31 de março de 2025	-

(*) O ativo é depreciado conforme o contrato de contraprestação, pela vida útil total de 120 meses, contados desde o início da dragagem. A depreciação iniciou após a entrega da 1ª fase em outubro de 2016 (23 meses após o início da dragagem).

7. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	31/03/2025	31/12/2024
PIS e COFINS	160	9
Total	160	9

8. Debêntures

Em 15 de março de 2015, foram emitidas 320.899 debêntures decorrentes da negociação conforme o Quarto Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, emitido em 26 de fevereiro de 2015.

As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM e foram registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio da CETIP S.A. – Mercados Organizados e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

As debêntures eram atualizadas por juros remuneratórios de 6,79% ao ano, acrescidos de Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O custo incorrido para a emissão das debêntures foi de R\$ 12.348.

O vencimento final das debêntures ocorreu em 15 de outubro de 2024. A remuneração das debêntures é pagas anualmente, de forma simultânea com as parcelas de amortização das debêntures, sempre no dia 15 de outubro de cada ano, sendo os juros pagos a partir do dia 15 de outubro de 2015 e o principal a partir do dia 15 de outubro de 2017.

Não havia cláusulas para repactuação das debêntures, nem *covenants* financeiros.

Em 25 de agosto de 2017, foram emitidas novas debêntures conforme Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão, para Distribuição Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real, da Salus Infraestrutura Portuária S.A. que foi aditado em 06 de setembro de 2017 com primeiro pagamento para 15 de outubro de 2019, com juros remuneratórios de 5,7% ao ano, com atualização pelo IPCA, e periodicidade de pagamentos anual. O Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Real, em Lote Único e Indivisível, sob o Regime de Melhores Esforços de colocação, da 2ª Emissão da Salus Infraestrutura Portuária S.A. foi assinado em 15 de agosto de 2017.

Foram constituídas em garantia ao pagamento das debêntures: (i) a cessão fiduciária de determinados direitos creditórios; e (ii) alienação fiduciária das ações representativas da totalidade do capital social da Companhia, de titularidade do Salus FIP.

As debêntures eram sujeitas ao cumprimento de determinados *covenants* não financeiros.

A Administração da Companhia declara que todas as cláusulas restritivas que exigiriam pagamento antecipado das dívidas foram cumpridas em 31 de março de 2024.

Salus Infraestrutura Portuária S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais – (R\$), exceto quando de outra forma indicado)

A movimentação das debêntures para o período findo em 31 de março de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	88.766
Juros e amortização dos custos de emissão de debêntures	3.521
Saldo em 31 de março de 2024	92.287

Em 15 de outubro de 2024, houve a liquidação das debentures.

9. Provisão para contingências

Em 31 de março de 2025, a Companhia é parte de um processo administrativo junto a SEFIS Santos referente a supostas infrações à legislação tributária do ISSQN cuja chance de perda é considerada possível de acordo com seus assessores jurídicos. O valor envolvido na ação é de R\$ 4.819. Existe a contratação de seguro para garantia desse valor em caso de condenação.

10. Patrimônio líquido**10.1. Capital social**

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de é de R\$ 20.512 (R\$ 20.512 em 31 de dezembro de 2024) e está dividido em 420.000 ações ordinárias e sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas na proporção a seguir:

Sócios	31/03/2025	
	Ações	%
RB Capital Salus Infraestrutura I – FIP	415.800	99,00
VLI S.A.	4.200	1,00
Total	420.000	100,00

10.2. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

De acordo com o previsto no artigo 189 da Lei nº 6.404/76, o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

11. Receita líquida

	31/03/2025	31/03/2024
Receita de contraprestação (*)	-	26.685
Impostos sobre a receita	-	(3.681)
Receita à Faturar (**)	-	1.316
ISS a faturar	-	66
Total	-	21.753

(*) Refere-se à tarifa cobrada das embarcações que transitam no Canal de Piaçaguera, devido ao desenvolvimento do projeto de investimento na área de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção. A tarifa é fixada com base no volume de toneladas transitado;

(**) O valor refere-se à provisão da receita, entre volume de toneladas transitado e o valor mínimo previsto em contrato.

Salus Infraestrutura Portuária S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais – (R\$), exceto quando de outra forma indicado)

12. Custos dos serviços prestados

	31/03/2025	31/03/2024
Custos com depreciação (Nota nº 7)	-	(14.070)

13. Despesas por natureza

	31/03/2025	31/03/2024
Despesa com advogados	-	(3)
Despesas com taxas e emolumentos	(85)	(48)
Despesas com consultoria	(20)	(18)
Despesas com multas	(37)	(27)
Total	(142)	(96)

Classificadas como

Despesas gerais e administrativas	(105)	(69)
Despesas tributárias	(37)	(27)
Total	(142)	(96)

14. Resultado financeiro

	31/03/2025	31/03/2024
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	792	376
Despesas financeiras:		
Juros remuneratórios e correção monetária das debêntures (nota 9)	-	(2.858)
Amortização dos custos de emissão de debêntures (nota 9)	-	(663)
IOF	-	(0)
Outras	-	0
	-	(3.521)
Total	792	(3.145)

15. Reconciliação das despesas de IRPJ e CSLL

As despesas de IRPJ e CSLL estão conciliadas às alíquotas nominais como segue:

Lucro antes dos efeitos do IRPJ e da CSLL	650	4.442
34 % do lucro real	(221)	(1.510)
Adicional	6	5
Compensação prejuízo fiscal	66	454
Despesa corrente de IRPJ e CSLL registrada no resultado	(149)	(1.051)

16. Lucro por ação

O lucro por ação pode ser demonstrado conforme segue:

	31/03/2025	31/03/2024
Lucro/(Prejuízo) do período	501	2.938
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do prejuízo líquido básico por ação	420.000	420.000
Lucro líquido básico por ação (em reais - R\$)	1,19	7,00

Salus Infraestrutura Portuária S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2025**

(Valores expressos em milhares de Reais – (R\$), exceto quando de outra forma indicado)

17. Remuneração da administração

No período findo em 31 de março de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve remuneração da Administração.

18. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados conforme as seguintes categorias em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Classificação		Hierarquia	31/03/2025		31/12/2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado	Nível 2	13	13	14	14
Aplicações financeiras	Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado	Nível 2	23.852	23.852	23.329	23.329
			23.865	23.865	23.343	23.343

18.1. Considerações gerais

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todas registradas em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades.

A Companhia administra seu capital para garantir a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno das partes interessadas ou envolvidas em suas operações por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

18.2. Critérios, premissas e limitações utilizados na apuração dos valores dos instrumentos financeiros

Os detalhes a respeito das principais práticas contábeis e métodos adotados, inclusive critério de reconhecimento, base de mensuração e método de reconhecimento das receitas e despesas em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na Nota Explicativa nº 2.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições-padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos anteriormente) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Hierarquia do valor justo

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

- **Nível 1** – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- **Nível 3** – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Salus Infraestrutura Portuária S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2025**

(Valores expressos em milhares de Reais – (R\$), exceto quando de outra forma indicado)

18.3. Gestão de riscos financeiros

A Administração monitora e administra os riscos financeiros inerentes às operações. Entre eles destacam-se os riscos de crédito, de liquidez e de mercado. O principal objetivo é manter a exposição da Companhia a esses riscos em níveis mínimos, utilizando, para isso, instrumentos financeiros, bem como avaliando e controlando a qualidade creditícia de suas contrapartes e a liquidez de seus ativos financeiros.

18.4. Derivativos

No período findo de 31 de março de 2025 a Companhia não contratou instrumentos financeiros derivativos.

18.5. Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um emissor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia entende que não incorre em risco de crédito relevante em seus instrumentos financeiros.

18.6. Risco de liquidez

É o risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração desse risco é a de garantir que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações sem causar perdas ou prejudicar suas operações, utilizando, se necessário, linhas de crédito disponíveis.

18.7. Risco de mercado

É o risco relacionado às variações dos fatores de mercado em que a Companhia atua, direta e indiretamente, assim como às variações dos fatores macroeconômicos e índices dos mercados financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, notadamente o CDI, e à variação de índices de preços, notadamente o IPCA.

18.8. Análise de sensibilidade**Premissas**

A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade aos fatores de mercado mais relevantes para seus instrumentos financeiros, para um horizonte de 12 meses.

Fator de risco	Risco	Cenário-base	Cenário adverso	Cenário remoto
Taxa de juros – CDI	Diminuição do CDI	11,70%	8,78%	5,85%

Fator de risco	Risco	Cenário-base	Cenário adverso	Cenário remoto
Taxa de juros – CDI	Aplicações financeiras	1.481	1.111	740

19. Operações por segmento

Em 31 de julho de 2009, a CVM emitiu a Deliberação nº 582, que aprovou o CPC 22 – Informações por Segmento. O CPC 22 requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da entidade que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões, com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances.

A Administração efetuou a análise mencionada anteriormente e concluiu que a Companhia opera com um único segmento e, por isso, considera que nenhuma divulgação adicional por segmento seja necessária.

Salus Infraestrutura Portuária S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2025**(Valores expressos em milhares de Reais – (R\$), exceto quando de outra forma indicado)

20. Aprovação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias foram aprovadas pela diretoria e sua emissão foi autorizada em 30 de abril de 2025.

21. Outros serviços prestados pelo auditor independente

Informamos que a Administração da Cia não contratou serviços da RSM Brasil Auditores Independentes Ltda., além dos serviços de auditoria externa. A

política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos:

Acionistas e Administradores da
Salus Infraestrutura Portuária S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias Salus Infraestrutura Portuária S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 01, ocorreu a liquidação financeira, das tarifas cobradas das embarcações que transitam no Canal de Piaçaguera, assim a Administração está avaliando novos planos de investimento e/ou a manutenção do contrato para continuidade da prestação de serviço. As informações contábeis foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de abril de 2025.

Emerson Fabri
Contador CRC 1SP-236.656/O-6

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Eu, ROBERSON FERREIRA, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 12.680.002-9 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 139.711.478-95, na qualidade de diretor da Salus Infraestrutura Portuária S.A., declaro para os fins do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que revi, discuti e concordei com os valores e notas explicativas das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2025.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Eu, ROBERSON FERREIRA, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 12.680.002-9 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 139.711.478-95, na qualidade de diretor da Salus Infraestrutura Portuária S.A., declaro para os fins do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes contratados pela Companhia, RSM Brasil Auditores Independentes Ltda, referente as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de março de 2025.